

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano IX – Nº 37 – Julho / Agosto / Setembro – 2020

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Ministro de Estado General Eduardo Pazuello
Ministro de Estado Saúde do Brasil
O Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19



Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus
Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS)
A Situação da Covid-19 no Brasil é “profundamente preocupante”



Ministro de Estado da Justiça André Mendonça
Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil
Ação sigilosa do Governo para identificar atores antifascistas

O H de Hyundai também é H de Humanidade.

A Hyundai tem muito orgulho em apoiar o projeto de responsabilidade social do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas - Amor pela Vida.

Apoiadora do Projeto de
Responsabilidade Social
Amor pela Vida



A Hyundai Motor Brasil participa do Projeto de Responsabilidade Social – Amor pela Vida, por acreditar na sua nobre missão de “Transformar a Vida das Pessoas para um Futuro Melhor”.

O pianista e maestro João Carlos Martins é embaixador pleno do Projeto de Responsabilidade Social – Amor pela Vida e cedeu os direitos autorais de uma de suas obras musicais, denominada “PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA”, com o objetivo de arrecadar fundos para financiar o projeto que tem por objetivo viabilizar a construção, a aquisição de equipamentos e a manutenção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – Amor pela Vida.

   HyundaiBR

Hyundai.com.br



No trânsito, dê sentido à vida.



 **AMOR PELA
VIDA**
Save your life forever

 **HYUNDAI**

Todo
mundo
entende
um pouco
de **publicidade,**
procure
quem
entende
muito.

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599
wt@wtpublicidade.com.br
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro
São Paulo - SP - 04795-100





O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO IX – Nº 37 – Julho / Agosto / Setembro – 2020

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dra. Ana Maria de Castro

Projeto gráfico e diagramação: Maria Angélica Ribeiro Freire Manfrinato

Fotos: Saulo Cruz

Revisão: Sílvia Fernanda Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

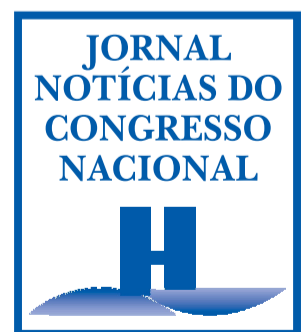
Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no *tablet* e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



Nós confiamos em Deus

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano IX – Nº 37 – Julho / Agosto / Setembro – 2020

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, detendo evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, marketing e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade favorável aos poderes constituídos, para que venhamos a construir um futuro melhor, com justiça e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inestimável, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher o vácuo a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais dentro do âmbito do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo soberano e soberana nação.

Com profissionalismo, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo sucesso alcançado.

Até a próxima edição. Um grande abraço!

CARLOS FERRIZ
Diretor do Congresso Nacional
(DRT nº 36.209/SP)
e Brasileiro de Jornalismo (ABJ nº 1.076)
e membro do Conselho do Congresso Nacional
para as atividades legislativas brasileiras
e Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Ministro de Estado General Eduardo Patuelo
Ministro de Estado Saúde do Brasil
O Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19



Dr. Tadeu Arthuro Griebnyevsky
Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS)
A Situação da Covid-19 no Brasil é "preocupante"
preocupante



Ministro de Estado da Justiça André Mondonça
Ministro de Justiça e Segurança Pública do Brasil
Ação sigilosa do Governo para identificar
stornos antissemitas



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO
JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL
PARA IPAD E ANDROID.



Ministro de Estado General Eduardo Pazuello

Ministro de Estado da Saúde do Brasil

O PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19



Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 resulta de um grande esforço de concepção, execução e mobilização desenvolvido pelas entidades

que atuam na área da Saúde participantes da Frente pela Vida. Face à grave crise sanitária atual, o Estado brasileiro tem a obrigação moral e constitucional de propor políticas e coordenar ações emergenciais adequadas para controlá-la, superá-la e reduzir seus impactos econômicos e sociais sobre a nação brasileira.

Além de medidas sanitárias e epidemiológicas, estratégias de proteção social de amplo espectro são necessárias, principalmente aquelas de natureza econômica, aprovadas pelo Congresso Nacional, mas que somente o executivo federal pode realizar. É, portanto, da inteira responsabilidade da Presidência da República avaliar corretamente os riscos da pandemia da COVID-19, atuando de modo equânime e solidário, a fim de viabilizar políticas corretas baseadas em evidências científicas. No plano federal, o Ministério da Saúde tem como obrigação coordenar as ações emergenciais e adequadas para reduzir a transmissão da COVID-19 e seus impactos sobre a saúde. Tais medidas de controle devem ser embasadas em conhecimento científico, compondo planos estratégicos de intervenção de escopo geral e abrangência nacional. Em outras esferas de governança, cabe às autoridades sanitárias estaduais e municipais, Secretários e Secretárias de Saúde, formular e executar planos equivalentes, ajustados às respectivas realidades.

A pandemia não é problema exclusivo do setor saúde, e sim de todos os setores de governo, bem como de todas as esferas da sociedade e da economia. Como, temporariamente, os setores econômicos não poderão garantir a renda do trabalho, a manutenção e a expansão de auxílios emergenciais devem ser urgentemente concretizadas. Caso o Governo Federal não se decida a atuar ou se mostre incapaz de viabilizar medidas de apoio e proteção social, como parece ser a perspectiva mais realista, deve-se esperar resultados calamitosos no âmbito epidemiológico e, no curto prazo, nos planos econômico, político e social.

Obviamente, um governo que não é capaz de agir para proteger a população que representa perde qualquer traço de legitimidade. Porém o terrível preço da pandemia e das crises dela decorrentes vai recair sobre

a maioria dos brasileiros, principalmente sobre as pessoas de estratos sociais mais vulneráveis. De fato, uma pandemia como esta que atualmente nos aflige aprofunda desigualdades sociais, gerando um aumento da vulnerabilidade social, de iniquidades em saúde e de violações de direitos humanos, o que historicamente aflige diretamente determinados grupos populacionais oprimidos e discriminados e, indiretamente, afetam a toda a sociedade.

A presente proposta representa assim uma contribuição da sociedade viva na expectativa de suprir lamentável omissão do governo federal no cumprimento de seu papel perante a população, ameaçada pela pandemia e pelas graves crises dela decorrentes. Dessa forma, como documento de planejamento participativo, definido por sua natureza objetiva, solidária e abrangente, encontra-se aberto a novas propostas, contribuições e soluções a serem construídas, sempre coletivamente, ampliando a Frente pela Vida.

No último dia de dezembro de 2019, autoridades sanitárias chinesas informaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) a ocorrência de casos de síndrome respiratória aguda grave, com etiologia microbiana desconhecida, em Wuhan, na província de Hubei, China. Poucos dias depois, um novo coronavírus foi detectado em amostras colhidas desses pacientes e a nova doença recebeu o nome oficial de coronavírus-2019 (COVID-19). A concentração inicial de casos tornou-se uma epidemia que rapidamente se espalhou pelo mundo, atingindo inicialmente Iran e Itália, até que em março de 2020 a OMS formalmente reconheceu-a como uma pandemia. Posteriormente, a pandemia atinge todos os países da Ásia, da Europa, da América do Norte, da América Latina e Caribe e, finalmente, do continente africano. Em pouco mais de seis meses, em todo o mundo, já são mais de 9 milhões de casos confirmados e quase 500 mil óbitos, destacando-se os EUA (2,2 milhões de casos e 120 mil óbitos) e o Brasil (mais de um milhão de casos e 50 mil óbitos).

A Pandemia COVID-19 chega ao Brasil através de casos importados da Europa, inicialmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza. Em nosso país, envolve uma combinação de crises sanitária, política, social, econômica, ambiental e ética, com potencial de se estender não só ao longo

do ano de 2020, mas também dos próximos meses e anos, em ondas que poderão ser localizadas ou não. Como uma fratura exposta de uma sociedade desigual e injusta, a pandemia revela fragilidades e condições de vulnerabilidade que envolvem desde a estrutura e o financiamento das pesquisas biomoleculares e clínicas, passando pela indústria nacional de medicamentos e vacinas, bem como pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e suas capacidades atuais de vigilância em saúde e de cuidados desde a atenção básica aos leitos hospitalares.

Num momento politicamente delicado para a nação brasileira, quando incertezas deveriam ser reconhecidas e superadas e combinadas com medidas urgentes, a ansiedade e o medo passam a integrar o imaginário social, agravados pela insegurança que decorre das profundas desigualdades e iniquidades que não surgiram com a pandemia, mas foram então desnudadas e vêm resultando não só em diferenciais inaceitáveis nos impactos sobre a situação de saúde e no acesso aos cuidados de saúde, bem como comprometendo a adesão às medidas de distanciamento físico/social. Esse contexto constitui um triplo risco às pessoas que atuam no sistema de saúde e nas demais áreas essenciais, pois, como trabalhadores, são colocadas sob maior risco físico e psicossocial do que as demais pessoas, além de terem se tornado objeto de violência de grupos que negam a relevância e a gravidade da pandemia.

Conforme observado em todo o mundo, e no Brasil não seria exceção, o controle efetivo e eficiente da Pandemia COVID-19 e a redução dos seus impactos sociais e sanitários imediatos somente podem ser alcançados mediante priorização das vidas em detrimento dos lucros com ampla proteção social para todas as pessoas, o que implica em boa governança com transparência, participação, liderança política com plena credibilidade e gestão responsável, com coordenação eficaz e centralizada de recursos, pessoal, processos e insumos. A mitigação dos efeitos perversos desta crise e seus desdobramentos, assim como a prevenção de futuros riscos de magnitude equivalente, deve ser fundada em intensos processos de mobilização solidária e engajamento da sociedade como um todo, que requerem, necessariamente, dispor de recursos que permitam a todas as pessoas exercerem seu direito às medidas epidemiológicas de proteção, além da preservação e ampliação da democracia como regime político.

COMPREENDER A COMPLEXIDADE DA PANDEMIA

A pandemia do novo coronavírus não se reduz a um patógeno que de repente se torna capaz de ameaçar a saúde humana, o SARS-Cov-2, nem aos sinais e sintomas inicialmente desconhecidos de uma nova entidade mórbida batizada de COVID-19, nem a indicadores epidemiológicos e suas curvas epidêmicas, nem ao processo dinâmico de disseminação e contágio, nem à “infodemia” de (Fake News), mitos e mentiras, nem ao medo pânico que tudo isso provoca, nem às crises econômicas e políticas dela decorrentes ou a ela associadas. A pandemia compreende um complexo de fenômenos e processos múltiplos, em sua diversidade plena, articulados a numerosos elementos de compreensão e análise, objeto de distintos enfoques. É importante notar que a Pandemia compreende ocorrências simultâneas, com distintos objetos de conhecimento, processos de determinação e diversas possibilidades ou modos de intervenção, em várias dimensões – biológica, clínica, epidemiológica, ecossocial, tecnológica, econômica, política, simbólica – e suas respectivas interfaces.

Na dimensão biológica, nos planos molecular, celular e somático, onde o vírus SARS-CoV-2 atua causando patologia, contágio, infecção, doença e eventualmente falência de órgãos e sistemas, o modo de intervenção consiste na indução ou animação do sistema imunológico de indivíduos, com as vacinas, por exemplo. Nesse nível, é necessário mobilizar a indústria nacional em busca de produtos terapêuticos (medicamentos) e profiláticos (vacinas), fundados em adequadas ciências, tecnologias e boas práticas de fabricação, capazes de contribuir tanto para o bem-estar dos indivíduos quanto para a proteção coletiva, com o reforço do estado imunitário da população.

Na interface clínico-epidemiológica, ocorre a causação da enfermidade em sujeitos individuais, bem como as práticas em busca de cura ou redução de letalidade e sequelas da doença. Nessa interface, uma intervenção efetiva dependerá da ampliação dos meios de sustentação financeira e do fortalecimento institucional do Sistema Único de Saúde (SUS), com a ampliação de todos os seus serviços, incluindo a vigilância em saúde, a atenção básica e os leitos hospitalares. Em consequência, o SUS deve aprimorar seu modelo de atenção, superando a abordagem fragmentada, individualista, hospitalocêntrica e essencialmente biomédica, em favor de uma abordagem integrada e integral, focada na promoção da saúde, articulando ações sobre os determinantes sociais, sem descuidar das ações de prevenção e tratamento das doenças.

Na dimensão epidemiológica, onde cursa a Pandemia da COVID-19, determinantes sociais transformam casos infectados e infectantes em grupos de risco e de vulnerabilidade, indicando amplas e efetivas medidas de vigilância epidemiológica para redução de

incidência e controle da transmissibilidade. Nesse nível, são necessárias intervenções baseadas em amplas e efetivas ações de vigilância em saúde, cumprindo o previsto na Política Nacional de Vigilância em Saúde (Resolução CNS nº 588/2018), que incluem as vigilâncias epidemiológica (controle de casos), sanitária (controle de riscos) e socioambiental (controle de determinantes sociais e ambientais da saúde).

Na interface epidemiológica-ecossocial, a pandemia se transmuda em sistemas de epidemias alimentados por cadeias e ondas de contágio, estressando a capacidade da sociedade em produzir conhecimentos e novas tecnologias. Nessa interface, é indispensável o fortalecimento das ações de proteção e preservação ambiental. Essa questão é fundamental na medida em que a pandemia também nos alerta sobre a necessidade de pensarmos um outro modo de viver e conviver com a natureza, diante do capitalismo neoliberal que está destruindo nossas reservas naturais de flora e fauna, propiciando o aparecimento de graves agentes que vêm causando e ainda vão causar sérios danos ao ser humano.

Na dimensão tecnológica, deve-se garantir o apoio financeiro e institucional aos grupos de pesquisa que têm como objeto a saúde humana; para tanto, será necessário recompor as instituições de fomento e os recursos financeiros que as permitem cumprir suas missões. É também necessário mobilizar a indústria nacional em busca de produtos terapêuticos (medicamentos) e profiláticos (vacinas), dispositivos e equipamentos (EPIs, ventiladores, etc.) fundados em adequadas ciência, tecnologia e boas práticas de fabricação capazes de contribuir tanto para o bem-estar dos indivíduos quanto para a proteção coletiva com a extensão do estado imunitário da população.

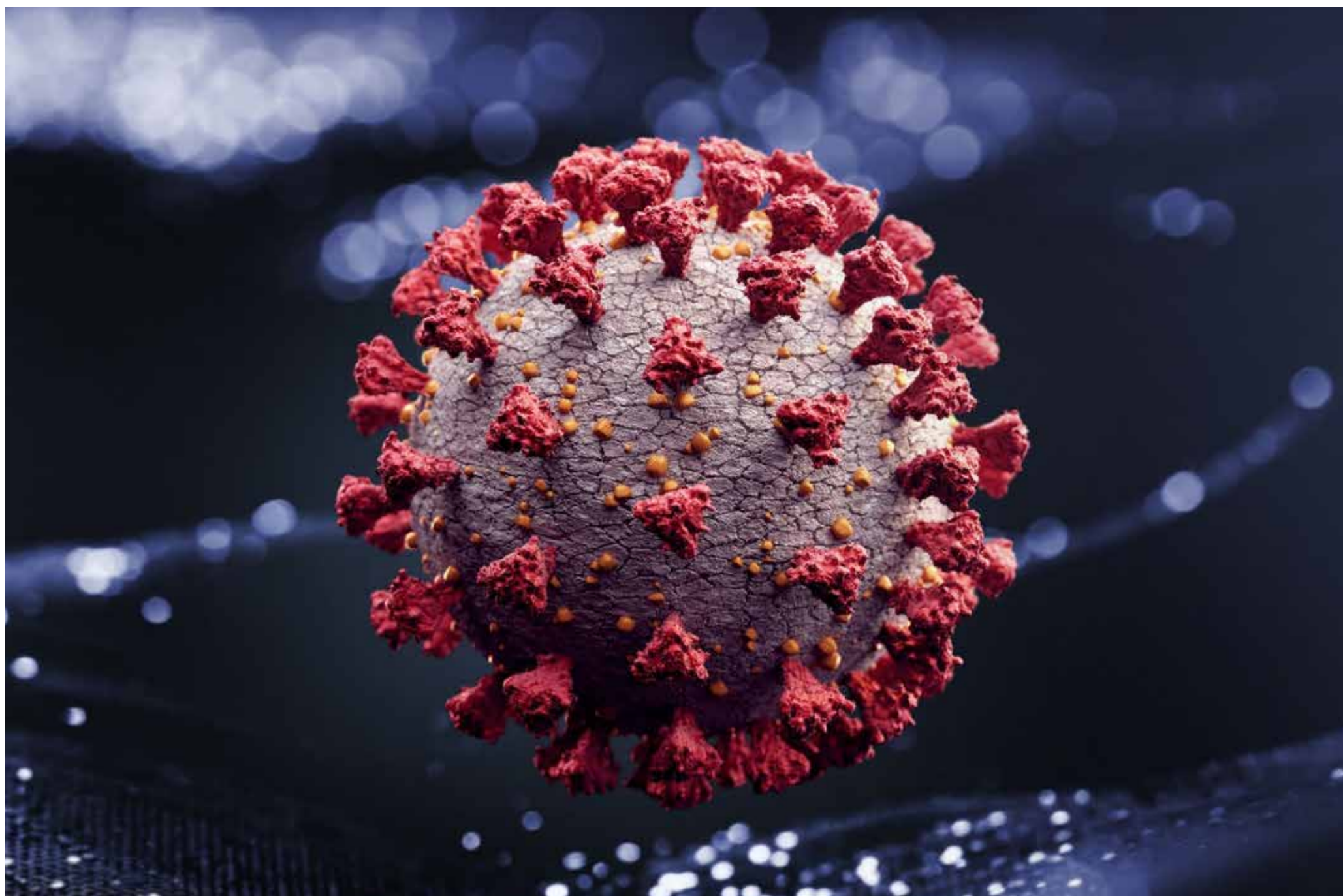
Na dimensão econômica, é indispensável reduzir e compensar desigualdades e iniquidades, a fim de eliminar discriminações que vêm propiciando diferenciais inaceitáveis nos impactos e acesso aos cuidados de saúde, bem como a adesão às medidas de isolamento físico/social. Em qualquer dos níveis, todas as vidas importam, igualmente. Além disso, frente à pandemia e à recessão econômica que ela agravou, essa interface exige a adoção de medidas de ordem econômica que assegurem a proteção social, com renda básica universal sem a retirada de direitos já conquistados e financiamento não-reembolsável para empresas comprometidas com a manutenção dos empregos.

A dimensão política pressupõe um ambiente de confiança nas instituições democráticas, baseado em relações de credibilidade entre as autoridades sanitárias e políticas e a população. Em particular, esse ambiente vem sendo extremamente fragilizado por iniciativa de autoridades políticas do executivo fe-

deral. É imprescindível assegurar qualidade, transparência e acesso às informações em saúde discriminadas para a construção de estratégias e a tomada de decisão no combate à pandemia, superando ações desumanizadas que transformam pessoas e seu sofrimento em meras estatísticas. É responsabilidade das autoridades políticas maiores do governo orientar e implantar diretrizes nacionais baseadas em conhecimento científico e discussão com a sociedade.

Finalmente, na interface política-simbólica, notadamente nas esferas culturais, intensa produção informacional e narrativa, com representações visuais muitas vezes sensacionalistas e inverídicas em torno do modo e do tempo de propagação do coronavírus, dissemina-se e alimenta um imaginário social cheio de ansiedade e medo, reforçado pela prática das necessárias estratégias de isolamento físico/social. Isso tem sido observado de modo mais intenso nas extremidades do ciclo de vida e em grupos vulnerabilidades, tornados invisíveis e silenciados pelas iniquidades sociais pré-existentes. É muito diferente experimentar a epidemia nos seus corpos e em seus cotidianos conforme o território que ocupamos na sociedade e dos marcadores sociais que carregamos em função do gênero, da raça e da classe social e das diferentes formas de pensarmos as relações entre os seres humanos e não humanos. A mitigação desses efeitos perversos deve ser fundada em intensos processos de mobilização solidária e engajamento da sociedade como um todo que requerem, necessariamente, a preservação e ampliação da democracia como regime político e a garantia dos direitos humanos assegurados constitucionalmente. O enfrentamento desses efeitos passa também pelo fortalecimento de iniciativas comunitárias auto-reguladas, sob a forma de redes de solidariedade novas e pré-existentes que buscam suprir a omissão do Estado em sua violenta necropolítica.

Ainda nessa interface, ao acompanharmos a intensa produção informacional e narrativa e o grande volume na divulgação de informações científicas sérias e comprometidas com a realidade, mesmo que transitória e incerta, vemos em igual ou maior proporção as notícias falsas e/ou erradas (Fake News e Wong News) como parte dos cotidianos, o que produz efeitos negativos importantes no combate à COVID-19, podendo tornar resultados ruins em ainda piores, pela grande dificuldade em separar fatos de mitos e de diferenciar teorias confiáveis e sensatas das conjecturas e especulações.¹ Para esse fenômeno socio-simbólico denominado infodemia, mesmo não sendo novidade, precisaremos encontrar soluções para enfrentar a desinformação e as notícias falsas que percorrem o mundo em segundos pelas redes sociais e que em contextos críticos impedem a adoção de medidas importantes de combate às crises decorrentes da pandemia.



Coronavírus.



Vacina – COVID-19.



Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus

Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS)

A SITUAÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL É “PROFUNDAMENTE PREOCUPANTE”, DIZ O DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), DR. TEDROS ADHANOM GHEBREYESUS

O estado da pandemia da COVID-19 no Brasil é muito preocupante e medidas sérias precisam ser tomadas para lidar com o aumento de casos e mortes no país, afirmou o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“A menos que medidas sérias sejam tomadas, a tendência de alta, agora sobrecarregando o sistema de saúde e superando sua capacidade, resultará em mais mortes”, disse o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Ele afirmou que todas as partes interessadas devem levar a situação a sério, acrescentando que os países vizinhos podem ser afetados.

“A situação é profundamente preocupante e as medidas que devem ser tomadas devem ser as mais sérias possíveis”.

Na mesma ocasião, o principal especialista em emergências da OMS, Mike Ryan, destacou que a piora da situação no Brasil reflete na sobrecarga do sistema de saúde, cuja capacidade remanescente para atendimentos é muito baixa.

Ele chamou atenção para taxas de ocupação de mais de 96% nas regiões Sul e Centro-Oeste.

“Nós gostaríamos de ver o Brasil indo em uma direção diferente, mas será necessário um esforço enorme para que isso aconteça. O sistema está consideravelmente pressionado neste momento”, afirmou Ryan.

“Enquanto muitos países nas Américas Central e do Sul estão se movendo em uma direção diferente, o Brasil não está”, acrescentou o especialista.

O Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) por um mandato de cinco anos pelos Estados Membros da OMS na septuagésima Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2017.

Ele é o primeiro Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) a ter sido eleito entre vários candidatos pela Assembleia Mundial da Saúde e é a primeira pessoa da Região Africana da OMS a servir como principal funcionário técnico e administrativo da OMS.

Imediatamente após assumir o cargo em 1 de julho de 2017, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus delineou cinco prioridades principais para a Organização: cobertura universal de saúde; emergências de saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; impactos na saúde das mudanças climáticas e ambientais; e uma OMS transformada.

Antes de sua eleição como Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus atuou como Ministro das Relações Exteriores da Etiópia de 2012–2016. Nessa função, ele liderou esforços para negociar a Agenda de Ação de Adis Abeba, na qual 193 países se comprometeram com o financiamento necessário para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus atuou como Ministro da Saúde da Etiópia de 2005 a 2012, onde liderou uma reforma abrangente do sistema de saúde do país. Todos os caminhos levam à cobertura universal de saúde para o Dr. Tedros, e ele demonstrou o que é necessário para expandir o acesso aos cuidados de saúde com recursos limitados.

A transformação que liderou como Ministro da Saúde da Etiópia melhorou o acesso aos cuidados de saúde para milhões de pessoas. Sob sua liderança, a Etiópia investiu em infraestrutura crítica de saúde, expandiu sua força de trabalho em saúde e desenvolveu mecanismos inovadores de financiamento da saúde.

Além da Etiópia, a liderança global do Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus em malária, HIV / AIDS e saúde materno-infantil teve um impacto imenso. Ele foi eleito presidente do Conselho do Fundo Global de Luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária em 2009, e anteriormente atuou como presidente do Conselho de Parceria Roll Back Malaria e co-presidente do Conselho de Parceria para Saúde Materna, Neonatal e Infantil.

Nascido na cidade de Asmara, Eritreia, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus possui um Doutorado em Filosofia (PhD) em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham e um Mestre em Ciências (MSc) em Imunologia de Doenças Infecciosas pela Universidade de Londres. O Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus é mundialmente reconhecido como acadêmico, pesquisador e diplomata em saúde, com experiência em pesquisa, operações e liderança em respostas de emergência a epidemias.

Ao longo de sua carreira, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus publicou vários artigos em revistas científicas proeminentes e recebeu prêmios e reconhecimento de todo o mundo. Ele recebeu a condecoração da Ordem da Bandeira da Sérvia em 2016 e foi agraciado com o Prêmio Humanitário Jimmy e Rosalynn Carter em reconhecimento por suas contribuições ao campo da saúde pública em 2011.



Organização Mundial da Saúde (OMS).



Ministro de Estado da Justiça, André Mendonça

Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil

O MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, ANDRÉ MENDONÇA, TRABALHA EM AÇÃO SIGILOSA DO GOVERNO PARA IDENTIFICAR ATORES ANTIFASCISTAS



Ministério da Justiça colocou em prática uma ação sigilosa sobre um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do “movimento antifascismo” e três professores universitários, um dos quais ex-secretário nacional de direitos humanos e atual relator da ONU sobre direitos humanos na Síria, todos os críticos do governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

O Ministério da Justiça produziu um dossiê com nomes e, em alguns casos, fotografias e endereços de redes sociais das pessoas monitoradas. A atividade contra os antifascistas é realizada por uma unidade do ministério pouco conhecida, a Seopi (Secretaria de Operações Integradas), uma das cinco secretarias subordinadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça.

A secretaria é dirigida por um delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e tem uma Diretoria de Inteligência chefiada por um servidor com formação militar - ambos foram nomeados em maio pelo Ministro André Mendonça.

Investida das atribuições de serviço de “inteligência” por um decreto do Presidente da República Jair Bolsonaro, o de nº 9.662 de 1º de janeiro de 2019, a Seopi não submete todos os seus relatórios a um acompanhamento judicial. Assim, vem agindo nos mesmos moldes dos outros órgãos que realizam normalmente há anos o trabalho de inteligência no governo, como o CIE (Centro de Inteligência do Exército) e o GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

O Ministério da Justiça afirmou que integra o Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência) e que a inteligência na segurança pública faz “ações especializadas” com o objetivo de “subsidiar decisões que visem ações de prevenção, neutralização e repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio”.

DOSSIÊ FOI REPASSADO A ÓRGÃOS POLÍTICOS E DE SEGURANÇA DO PAÍS

Além da Polícia Federal (PF) e do Centro de Inteligência do Exército (CIE), o documento produzido pelo Ministério da Justiça foi endereçado a vários órgãos públicos, como Polícia

Rodoviária Federal, a Casa Civil da Presidência da República, a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), a Força Nacional e três “centros de inteligência” vinculados à Seopi no Sul, Norte e Nordeste do país.

Os centros funcionam como pontos de reunião e intercâmbio de informações entre o Ministério da Justiça e policiais civis e militares que são recrutados pelo ministério.

Assim, o dossiê do Ministério da Justiça se espalhou pelas administrações públicas federais e estaduais e não se sabe a consequência dessa disseminação. Pode ser usado, por exemplo, como subsídio para perseguições políticas dentro dos órgãos públicos.

“ALIANÇA POPULAR ANTIFASCISMO”

Na primeira quinzena de junho, a Seopi produziu um relatório sobre o assunto “Ações de Grupos Antifa e Policiais Antifascismo”. O relatório foi confeccionado poucos dias depois da divulgação, no dia 5 de junho, de um manifesto intitulado: “Policiais antifascismo em defesa da democracia popular”, subscrito por 503 servidores da área de segurança,



Palácio da Justiça – Ministério da Justiça – Brasília.

aposentados e na ativa, incluindo policiais civis e militares, penais, rodoviários, peritos criminais, papiloscopistas, escrivães, bombeiros e guardas municipais.

No manifesto, o movimento se diz suprapartidário e denuncia um “projeto de neutralização dos movimentos populares de resistência, propondo uma “aliança popular antifascismo”.

Segundo o manifesto, o movimento deveria ter participação de sindicatos, entidades de classe, movimentos populares, estudantes, artistas e outros. O documento pede ainda uma reação “às ameaças civis-militares de ruptura institucional”.

Poucos dias antes, em 22 de maio, o General e Ministro do GSI, Augusto Heleno, havia divulgado uma “nota à nação brasileira”, na qual disse que a eventual apreensão do telefone celular de Jair Bolsonaro - tema de consulta do STF (Supremo Tribunal Federal) à PGR (Procuradoria-Geral da República) — poderia ter “consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”.

O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO CITOU “MARGINAIS, TERRORISTAS” AO SE REFERIR A ANTIFASCISTAS

O manifesto foi usado pelo Ministério da Justiça para embasar a apuração sobre os servidores, mas não foi o único argumento. Em 31 de maio, protestos antifascistas ocorreram em capitais como São Paulo e Curitiba.

Os protestos foram alvo de um pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro no dia 5 de junho, mesmo dia do manifesto dos policiais antifascistas. Ele discursou numa solenidade em Águas Lindas (GO) contra “grupos de marginais, terroristas, querendo se movimentar para quebrar o Brasil”.

O relatório do Ministério da Justiça foi produzido menos de uma semana depois das declarações do Presidente Jair Bolsonaro. Após citar os protestos de 31 de maio, o relatório afirma: “Verificamos alguns policiais formadores de opinião que apresentam número elevado de seguidores em suas redes sociais, os quais disseminam símbolos e ideologia antifascistas”.

O texto da Seopi menciona a época do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, quando foi divulgado um outro documento intitulado “Manifesto de policiais pela legalidade democrática”. O relatório da Seopi afirma que “74 agentes de segurança pública assinam o referido documento, o qual se posiciona com as mesmas diretrizes que estão sendo difundida atualmente com os antifas”, a abreviatura dos que integram os movimentos antifascistas.

579 NOMES ENTRARAM NA LISTA DE ANTIFASCISTAS

A Seopi somou as assinaturas dos dois manifestos e montou um anexo, em tabela de arquivo Excel, com uma “relação de servidores da área de segurança pública identificados como mais atuantes”. Os 579 nomes foram divididos por estado da federação.

Além desse anexo, a Seopi incluiu os dois manifestos, de 2016 e 2020, uma série de “notícias relacionadas a policiais antifascismo” e cópias em PDF do livro “Antifa - o manual antifascista”, do professor de história Mark Bray, e de um certo “manual de terrorismo BR”.

FORMADORES DE OPINIÃO DO MOVIMENTO FORAM MONITORADOS

O relatório do Ministério da Justiça diz que “além desses servidores foi possível identificar alguns formadores de opinião, professores, juristas e o atual secretário de estado de articulação da cidadania do Pará [sic], defensores desse movimento”.

Os alvos, todos acompanhados de fotografias, são os professores universitários Paulo Sérgio Pinheiro (integrante da Comissão Arns de direitos humanos, presidente da comissão independente internacional da ONU sobre a República Árabe da Síria desde 2011, com sede em Genebra, nomeado pelo conselho de direitos humanos da ONU, ex-secretário nacional de direitos humanos no governo de FHC e ex-integrante da Comissão da Verdade); Luiz Eduardo Soares (cientista político, secretário nacional de Segurança Pública no primeiro governo Lula e co-autor do livro “Elite da Tropa” [Objetiva, 2006]); e Ricardo Balestreri (secretário estadual de Articulação da Cidadania do

governo do Pará e ex-presidente da Anistia Internacional no Brasil). Há também um quarto nome da academia, Alex Agra Ramos, bacharel em ciências políticas na Bahia.

A Seopi destacou um texto intitulado “apelo à unidade antifascista”, na qual ele fala em “ameaças seguidas de golpe por parte do garimpeiro genocida do Planalto” e vê o “avanço do fascismo”. Ele pede que a esquerda se una em torno da “ameaça”.

POLICIAIS ANTIFASCISMO DIZEM JÁ HAVER RETALIAÇÕES

Dois policiais civis entrevistados pela coluna que integram o “movimento de policiais antifascismo”, Luiz Felipe de Oliveira Teixeira, 57, do Rio Grande do Sul, e Pedro Paulo Chaves, 34, conhecido como “Chê”, do Rio Grande do Norte, disseram que agentes da segurança pública já vinham sofrendo retaliações mesmo antes do relatório da Seopi.

Em abril, um promotor de Justiça de Natal pediu a abertura de um inquérito após “Chê” dizer num vídeo que eles iriam investigar a quebra da estratégia do isolamento social durante a pandemia por manifestantes pró-Bolsonaro que organizaram carreatas nas ruas de Natal e Mossoró.

Teixeira disse que, no Rio Grande do Sul, policiais que integram o movimento antifascista passam a ser preteridos em algumas operações, deixando de receber diárias de viagem. Além disso, comentários dos antifascistas em redes sociais podem render processos administrativos disciplinares.

Ambos concordam que os textos de Soares e de Balestreri são referências nos debates sobre antifascismo e segurança pública. “[Soares] investe muito num ponto que é realmente expressivo, que é a questão da cultura, como se pensa a polícia pela sociedade, o que se espera de um policial na sociedade. É um dos grandes problemas da segurança pública. É aquela visão do ‘policial jagunço’, que está ali para resolver os problemas de alguém em detrimento dos direitos e da integridade de um outro, que muitas vezes está numa

situação de delinquente ou não, está inferiorizado economicamente”.

“Chê” e Teixeira afirmam que o movimento é pacífico, tem cerca de 500 integrantes no país e começou a ganhar força em 2017, a partir de uma troca de experiências durante o Fórum Social Mundial daquele ano. Eles disseram que, para ser aceito como membro, o policial precisa ter algumas características. Segundo “Chê”, tem que ser “antifascista, contra Bolsonaro e ser de esquerda”.

“Nosso antifascismo vem antes de Bolsonaro, é contra o que ocorre nas instituições — basta ver como as coisas funcionam dentro de uma Polícia Militar — mas também do lado de fora, nas periferias, na guerra às drogas, na relação das polícias com a juventude. Nosso antifascismo não é contra Bolsonaro, ele que se aliou ao fascismo, então ele é um elemento de aversão”, disse “Chê”.

DOSSIÊ TEM “ACESSO RESTRITO” E PODERIA FICAR EM SIGILO POR 100 ANOS

Para contornar a LAI (Lei de Acesso à Informação), a Seopi carimbou os documentos sobre os antifascistas como “de acesso restrito”.

A LAI prevê três tipos de sigilo sobre uma informação produzida pelo Executivo: ultrassecreto (que deverá ser divulgada num prazo máximo de 25 anos), secreto (15 anos) e reservado (cinco anos).

Uma única menção a “acesso restrito” aparece na lei e no decreto que a regulamentou, o de número 7724/2012, no ponto que trata de “informações pessoais”. O artigo 55 do decreto diz que informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão “acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo máximo de cem anos”. Ou seja, segundo o critério adotado pela

Seopi as informações que produziu só poderiam ser conhecidas daqui a um século.

ANTES ESTRUTURA DE APOIO A INVESTIGAÇÕES, SEOPI AGE AGORA COM FOCO POLÍTICO

Até janeiro de 2019, as atividades da Seopi eram desenvolvidas por uma coordenadoria. Na gestão do ministro Sergio Moro (2019-2020), e a partir do decreto presidencial 9662, de janeiro de 2020, a coordenadoria foi elevada a Secretaria.

O decreto do Presidente da República Jair Bolsonaro que estabeleceu as competências da Seopi diz que cabe a ela assessorar o ministro “nas atividades de inteligência e operações policiais, com foco na integração com os órgãos de segurança pública federais, estaduais, municipais e distrital”. Afirma ainda que ela pode “estimular e induzir a investigação de infrações penais, de maneira integrada e uniforme com as polícias federal e civil”.

Durante o governo de Temer e parte do governo Bolsonaro, a coordenadoria de inteligência e depois a Seopi atuaram principalmente fomentando investigações, nos estados, sobre crimes como pornografia infantil, pedofilia e exploração sexual, o que resultou numa série de operações chamada “Luz na infância”.

Essas operações eram subsidiadas pelo Ministério da Justiça, mas desencadeadas pelas polícias civis nos estados, sob acompanhamento judicial.

OS CHEFES DA SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS – SEOPI

A Seopi é comandada desde maio por Jeferson Lisbôa Gimenes, um delegado da Polícia Civil do DF nomeado para o cargo pelo Ministro André Mendonça.

Sob o comando da Seopi está a Dint (Diretoria de Inteligência), chefiada por Gilson Libório de Oliveira Mendes, um ex-assessor especial do atual ministro da Justiça na AGU (Advocacia Geral da União) e também nomeado por Mendonça para o cargo.

Mendes tem muitas ligações com o meio militar. O currículo informa que ele se formou “mestre em aplicações militares” na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), uma instituição de elite do Exército conhecida como “a casa do capitão”, em 1992, e foi bacharel em ciências militares pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), em 1982.

Em 2018, ele deu uma aula na Escola de Inteligência Militar do Exército, em Brasília. É sob o controle de Gimenes e Mendes que se desenvolve a ação contra os servidores antifascistas.

POSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública trabalha com uma série de levantamento de informações, o Ministro André Mendonça autorizou o trabalho, os objetivos e os resultados do levantamento para uma inclusão responsável de um “manual de terrorismo” que são praticadas por movimentos antifascistas em território nacional.

O Sistema Brasileiro de Inteligência (instituído pela Lei nº 9.883/1999) é responsável pelo processo de obtenção, análise e disseminação da informação necessária ao processo decisório do Poder Executivo. A atividade de Inteligência de Segurança Pública é realizada por meio do exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças potenciais ou reais. O objetivo é subsidiar decisões que visem ações de prevenção, neutralização e repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio. “Como agência central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Decreto 3695/2000), cabe à Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como atividade de rotina, obter e analisar dados para a produção de conhecimento de inteligência em segurança pública e compartilhar informações com os demais órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência”.



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL



O primeiro caso de COVID-19 foi registrado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020. Entretanto, três cepas do SARS-CoV-2 foram identificadas no país entre 22 e 27 de fevereiro; portanto, já estavam bem estabelecidas antes da implementação das medidas não farmacêuticas de distanciamento físico e das proibições de viagens. Esta introdução influenciou o quadro precoce e mais grave de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Manaus. A transmissão chamada comunitária somente foi oficialmente reconhecida em 20 de março.

A pandemia da COVID-19 no Brasil atingiu uma das mais inclinadas curvas de aumento de casos do mundo. Em 14 dias, o país atingiu 50 casos, dez dias depois chegou a 1.000 casos, em 4 de abril já havia 10 mil casos, um mês depois ultrapassamos 100 mil casos. As semanas seguintes mostraram crescimento significativo da disseminação do vírus entre a população brasileira, em 2 de junho tínhamos meio milhão de casos oficiais notificados, ultrapassando em 19 de junho a casa de 1 milhão de casos novos acumulados e mais de 1.000 casos novos por dia. No início do mês de julho, o Brasil já registra mais de 1,5 milhão de casos oficiais notificados, tornando-se no final do mês de junho o país com mais alta incidência diária de COVID-19 em todo o mundo.

O primeiro óbito aconteceu em 17 de março. Um mês depois (10/4) o total de mortes acumuladas era de 2.143, valor que aumentou expressivamente nas semanas seguintes e chegou a 16.118 em 17/5 e ultrapassou 50 mil óbitos em 23/06. Em meados de junho, o Brasil apresentava coeficiente de mortalidade de 22,1 óbitos/100.000 habitantes por COVID-19, que se torna então a principal causa de morte no país. Em 2/7, o país já registra 60.632 óbitos, o que representa uma mortalidade de quase 300 óbitos/100.000 habitantes por COVID-19, com um índice de letalidade de 4,2%.

A epidemia se disseminou de forma bastante heterogênea pelo país, com uma diferença de 30 a 40 dias para os estados de Sergipe e Tocantins, que começaram a curva epidêmica mais tardiamente. A curva epidêmica foi mais acelerada no Norte e no Nordeste com taxas de mortalidade de 42,2 e 23,8/100.000 habitantes respectivamente, depois de 80 dias do 1º óbito. Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul as taxas de mortalidade aos 80 dias do 1º óbito foram respectivamente 18,5, 4,6 e 2,8/100.000

habitantes. No início de julho, aos 98 dias da pandemia para as regiões com maior atraso, as taxas de mortalidade por 100.000 habitantes foram: Norte 51,8; Nordeste: 34,2; Sudeste: 27,4; Centro-Oeste: 22,2; Sul: 54,6.

Os estados mais populosos, São Paulo e Rio de Janeiro, registram o maior número de casos e óbitos notificados do país. Em 16/6, São Paulo tinha 190 mil casos acumulados e 11.132 óbitos, enquanto o Rio de Janeiro tinha 83 mil casos e 7.967 óbitos. Em 2/7, São Paulo registra quase 300 mil casos e 15 mil óbitos; Rio de Janeiro acumula 115 mil casos e ultrapassa 10 mil mortes. Assim, estes dois estados respondem por 30% dos casos e 40% dos óbitos no país.

A maior incidência de casos notificados de COVID-19 foi registrada em estados da Região Norte. Em 16/6, a incidência no Amapá era de 2.100/100.000, no Amazonas 1.380/100.000, em Roraima e no Acre 1.120/100.000 habitantes. Na mesma data, os cinco estados com maior taxa de mortalidade eram Amazonas (60,8/100.000), Ceará (55,3/100.000), Pará (49,5/100.000), Rio de Janeiro (46,0/100.000) e Pernambuco 41,2/100.000. Em contraste, os estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul apresentaram taxas de mortalidade abaixo de 3,5/100.000 habitantes.

No início de julho, a incidência no Amapá era de 3.375/100.000, seguido por Roraima com 2.266/100.000, Amazonas com 1.725/100.000, DF com 1.666/100.000 e Acre com 1.539/100.000 habitantes. Na mesma data, os cinco estados com maior taxa de mortalidade eram Amazonas (67,8/100.000), Ceará (67,4/100.000), Rio de Janeiro (58,8/100.000), Pará (57,2/100.000), Roraima e Pernambuco (51,0/100.000). Os estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul apresentaram taxas de mortalidade abaixo de 8,0/100.000 habitantes.

Recentemente, alguns estados que apresentam taxas de incidência da doença entre as mais baixas do país, passaram a se preocupar com a tendência de aumento. Embora o Ministério da Saúde e alguns governos estaduais mencionem uma “estabilização da curva epidêmica” e recente análise realizada pelo Imperial College de Londres aponta que houve no Brasil uma redução geral do coeficiente de transmissibilidade (R_0 ou número reprodutivo básico), nos dezesseis estados acompanhados (aqueles onde houve mais de 50 óbitos até o momento), esse índice continua maior do que 1, o que indica que a incidência da doença continua em crescimento.

A suspensão da divulgação de dados sobre a pandemia pelo Ministério da Saúde, juntamente com a tentativa de manipulá-los subtraindo parte dos óbitos do total que deveria ser informado, na contramão do padrão seguido por todos os países do mundo, levou o Conselho dos Secretários Estaduais de Saúde – CONASS – a imediatamente organizar uma plataforma própria de compilação. Paralelamente, houve a criação, por iniciativa própria, de um consórcio de veículos de comunicação concorrentes para uma ação cooperativa de divulgação dos dados gerados pelas secretarias de saúde dos estados, buscando preencher o vazio do papel do governo federal e o descrédito das informações por ele geradas. Mesmo assim, registros detalhados que eram usados por gestores e pesquisadores deixaram de ser oferecidos, comprometendo importantes iniciativas locais de monitoramento.

O conhecimento epidemiológico acumulado até agora sobre a COVID-19 e a experiência de outros países onde a epidemia chegou mais cedo indicam alguns caminhos e perigos. A expansão da doença não deve cessar espontaneamente, enquanto houver uma proporção razoável de pessoas suscetíveis; até atingir este nível de imunidade coletiva suficiente para conter a transmissão, milhões de pessoas terão sido infectadas, centenas de milhares morrerão. Nesta fase recente, a epidemia avança para o interior dos estados. O número de casos nessas áreas já supera os casos acumulados na maioria das respectivas capitais. Este quadro prevê um agravamento de alguns indicadores como letalidade e mortalidade, considerando que a capacidade de assistência terciária, como leitos de UTI, está concentrada nas capitais e polos urbanos maiores nos Estados.

O Brasil já vive uma tragédia quando o número de casos acumulados ultrapassa 1,5 milhão e a mortalidade avança para além dos sessenta mil óbitos. Projeções otimistas indicam que estes números serão multiplicados por três até o fim deste ano; outras projeções chegam a vinte vezes. Mesmo o melhor cenário é aterrorizante. Nele, a capacidade dos serviços de saúde para atendimento de pacientes graves será ultrapassada em boa parte das cidades brasileiras, o que levará a um aumento na letalidade (por COVID e também por outras causas que terão seu atendimento comprometido), à quebra das medidas de biossegurança nos serviços de saúde abarrotados e a uma desorganização ainda maior da atividade econômica.

ENORMES DESIGUALDADES: CONTEXTO FAVORÁVEL À DIFUSÃO DA PANDEMIA

No Brasil, os desafios para o enfrentamento da COVID-19 se apresentam ainda mais complexos, pois a transmissão do vírus e o impacto da pandemia tendem a ser mais graves num contexto de grande desigualdade econômica e social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso constante à água, em situação de aglomeração e com alta prevalência de doenças crônicas.

Os primeiros casos confirmados eram pessoas de estrato econômico elevado, recém-chegados de viagens ao exterior, mas a doença rapidamente atingiu as comunidades pobres das periferias das grandes cidades e passou a se expandir para o interior do país, atingindo inclusive povos indígenas e populações ribeirinhas. A letalidade nesses grupos tem sido superior à média do país. Estudos têm mostrado também maior letalidade entre negros e negras quando comparada às pessoas de raça branca. Durante a pandemia, as gritantes desigualdades sociais entre os brasileiros têm se refletido em um inaceitável excesso de mortes entre mulheres, pobres, negros e indígenas, nortistas e nordestinos em relação aos ricos, brancos e centro-sulistas, o que decorre de processos de determinação social do processo saúde-doença e de diferenças entre as ofertas de leitos públicos e de leitos privados.

A situação socioeconômica de importante contingente da população brasileira já vinha se agravando antes da epidemia. A COVID-19 veio trazer à tona os mais danosos efeitos da perda dos diversos direitos, em especial da seguridade social e direitos trabalhistas. A morte de idosos, cuja renda provinda da aposentadoria apoiava o sustento de mais de 70 milhões de famílias brasileiras, deverá afetar severamente a situação socioeconômica de famílias que sofreram ou irão sofrer esta perda, levando milhares de pessoas, incluindo mais de 2 milhões de crianças, a cair abaixo da linha da pobreza.

O crescimento do percentual de pessoas desocupadas, subocupadas ou em trabalho informal cresceu e teve um severo impacto no comportamento da epidemia, dificultando a essas pessoas aderir às diversas formas de quarentena, tão necessárias para mitigar os efeitos da COVID-19 na vida e saúde da população. As medidas de distanciamento são muito difíceis de serem seguidas por um grupo enorme de brasileiros, representados pelos trabalhadores informais (cerca de 40 milhões), pelos desempregados (cerca de 13% da população), por trabalhadores autônomos (carpinteiros, bombeiros, pintores, jardineiros, camelôs, etc...), entre outros. São milhões de brasileiros que, em geral, moram em grandes conglomerados, de casas precárias, nas periferias das grandes cidades. Todas essas pessoas terão grande dificuldade em ficar em casa durante semanas, principalmente porque não têm recursos para comprar alimentos, pagar aluguel, água, energia, etc.

Mesmo em momentos em que os maiores percentuais de adoção de medidas coletivas de controle da epidemia foram alcançados

no Brasil, nunca se atingiu níveis elevados de quarentena como em outros países afetados pela pandemia. Assim, no caso brasileiro, que apresenta uma realidade mais complexa, com imensas desigualdades, embora imprescindível, as diversas formas de quarentena têm limites estruturais para sua adoção mais generalizada. É necessária a adoção de outras medidas concomitantes, imprescindíveis para tornar possível a adesão de, pelo menos, 60% da população.

ESTRATÉGIAS EPIDEMIOLÓGICAS PARA REDUZIR A TRANSMISSIBILIDADE

A noção de “distanciamento social” tem como referência longínqua aplicações da teoria matemática de redes à epidemiologia, particularmente no estudo das cadeias de contágio de doenças transmissíveis. Pretende-se com isso limitar a propagação do patógeno evitando a agregação de pessoas em eventos de massa, reuniões, festas, espaços públicos ou transporte coletivo, mantendo efetiva distância de segurança (nesse caso, dois metros) de outras pessoas. Compreende ações preventivas de caráter coletivo, altamente desejáveis no contexto da Pandemia da COVID-19, por seu potencial de intervenção nos elementos biológicos da transmissão.

No presente documento, seguindo recomendações da OMS, da Unicef e da União Europeia, preferimos a expressão “distanciamento físico” para designar tais ações, classificadas no capítulo das quarentenas parciais, reservando o termo “isolamento” para referir à restrição ou supressão de contatos interpessoais para sujeitos potencialmente infectados ou expostos. O distanciamento social seria um resultado colateral indesejável, tanto relativo ao contraste como à ou redução de relações sociais e afetivas; tem-se procurado superar o distanciamento social com apoio das tecnologias de comunicação e do próprio ativismo nas redes digitais. Em suma, para a redução efetiva da transmissão numa epidemia, precisamos ficar fisicamente separados, mas, para superar o potencial impacto negativo da pandemia sobre a saúde mental coletiva, devemos permanecer conectados social e afetivamente.

Na ausência de tecnologias biológicas preventivas ou curativas (vacinas e medicamentos, entre outras), medidas não farmacológicas de controle epidemiológico são importantíssimas. Uma revisão sistemática de 29 publicações, realizada pela Rede Cochrane, a pedido da OMS, mostrou que quarentenas e outras medidas de saúde pública diminuem o risco de contágio e reduzem de 31% a 63% a mortalidade por COVID-19. Estratégias de redução de mobilidade e aglomerações, planejadas na amplitude necessária para cada região, estado, município ou local são, por isso, fundamentais.

Apesar da resistência negacionista da autoridade maior do poder executivo do país e da falta de iniciativa própria de algumas autoridades em outros níveis de governo, a maioria dos estados brasileiros e muitas cidades adotaram estratégias não-farmacológicas que, na prática, compreendem medidas bastante diversas, como quarentenas totais (lockdown) e parciais, isolamentos individuais ou grupais, distanciamento físico, incluindo a redução do tamanho ou proibição de eventos, fechamento de unidades de ensino (escolas e universidades), restrições ao funcionamento do

comércio, serviços e indústria, fechamento e proibição de frequência a parques, piscinas e praias, redução do transporte (municipal, intermunicipal e interestadual) e mudanças no regime de trabalho de servidores públicos. Estas medidas, apesar da complexidade política e socioeconômica do país, salvaram milhares de vidas reduzindo substancialmente a disseminação da COVID-19 nos estados.

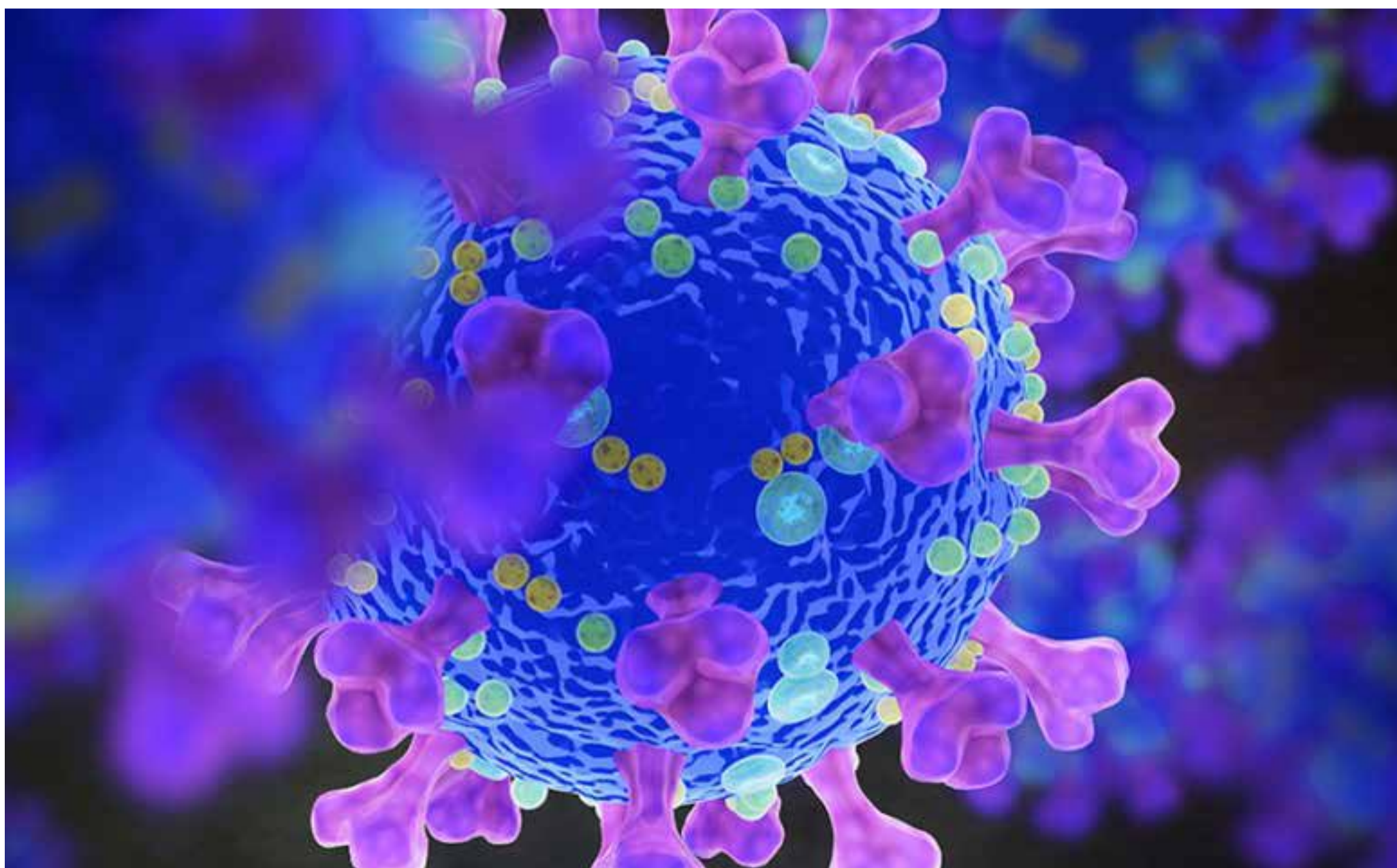
É preciso entender esse conjunto de restrições como apenas uma das vertentes de um conjunto de medidas que devem ser adotadas, tendo em vista a complexidade da sociedade brasileira. Medidas de distanciamento físico e quarentenas setoriais e parciais têm se mostrado estratégia eficaz para diminuir a velocidade de contágio por SARS-CoV-2. A mudança no comportamento de mobilidade urbana e interurbana da população tem sido bastante significativa desde o mês de março. Dados do Relatório de Mobilidade na Comunidade do Google, que analisa dados do Google Maps agregados e com anonimato, comparam volume de deslocamento a diferentes locais assumindo como referência a mediana do dia da semana correspondente entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020. Em todo o Brasil, observou-se redução de 76% no deslocamento a lugares de varejo e lazer, 69% em estações de transporte público, 72% a locais de trabalho e 38% a mercados e farmácias em 10 de abril, e 75% a parques em 22 de março. Esses foram os dias e abril foi o mês com maior redução média de mobilidade. No entanto, tem havido redução do distanciamento. O último mês tem apresentado importante queda nos índices de adesão à quarentena em comparação a janeiro/fevereiro, sendo que no caso de mercados e farmácias já se observa maior deslocamento que no período de referência.

Essa tendência é semelhante ao observado no Índice de Isolamento Social (ISS) da InLoco, que analisa os dados de deslocamento de aproximadamente 60 milhões de brasileiros por meio da posição geográfica de seus telefones celulares. O pico do ISS foi observado em 22 de março (62,2%), chegando a 36,8% em 12 de junho, valor mais baixo da série histórica. Desde 26 de maio até 25 de junho, em apenas dois dias o índice foi superior a 50%.

Tais indicadores mostram forte grau de adesão da população brasileira aos programas de controle epidemiológico da pandemia somente nos períodos em que, muitas vezes por ação do poder judiciário, os governos estaduais e municipais tomaram providências mais enérgicas e restritivas. Porém, os indicadores de distanciamento físico vêm sendo reduzidos como reflexo das reaberturas de diferentes setores econômicos em diversos municípios, mesmo sem queda de casos e óbitos, cenário com perigoso potencial de aumento da disseminação do vírus.



Equipe médica trabalhando no combate ao Coronavírus



Coronavírus



Ministro de Estado, Tarcísio Gomes de Freitas

Ministério da Infraestrutura do Brasil

MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, FALA SOBRE DESAFIOS DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA DE TRANSPORTES

Apesar da atual crise econômica e sanitária causada pela pandemia da Covid-19, com forte impacto negativo no PIB de 2020, existe boa expectativa de que, em 2021, as ações do ministério da Infraestrutura contribuirão para catalisar e acelerar a retomada da economia, do emprego e da geração de renda.

A infraestrutura de transportes é a base do desenvolvimento e crescimento econômico de um país, pois promove a integração nacional por meio de seus sistemas rodoviários, ferroviários, aquaviários, dutoviário e aero-viário, que, por sua vez, permitem a movimentação das riquezas naturais, produtos industrializados, bens de consumo e pessoas entre todas as regiões do país e para o exterior.

No Brasil, a grave crise financeira do Estado brasileiro, nas duas últimas décadas, vem comprometendo muito os investimentos na infraestrutura de transportes do país. Em 2019, os investimentos do Governo Federal em infraestrutura de transportes corresponderam a apenas 0,14% do PIB nacional, menor percentual dos últimos 12 anos, conforme consta de boletim da CNT. Segundo o FGV Transportes, entre 2008 e 2018, os investimentos públicos em infraestrutura de transportes foram de 0,31% do PIB, em média anual.

Em virtude desses baixos investimentos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, o Brasil está tomando pior a infraestrutura já existente. Conforme consta do último Plano CNT de Transporte e Logística, de 2018, o Brasil precisa investir, para todos os modais (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo), R\$ 1,7 trilhão, em mais de 2.600 intervenções.

Apesar da atual crise econômica e sanitária causada pela pandemia da Covid-19, com forte impacto negativo no PIB de 2020, existe boa expectativa de que, em 2021, as ações do ministério da Infraestrutura contribuirão para catalisar e acelerar a retomada da economia, do emprego e da geração de renda. Além disso, o Governo Federal afirma que o programa Pró-Brasil, que prevê investimentos em obras públicas como forma de retomar a atividade econômica após a pandemia do Coronavírus, deverá ficar pronto entre agosto e setembro e terá um papel importante na modernização da regulamentação e legislação do setor de infraestrutura, além de impulsionar investimentos privados de até R\$ 250 bilhões no Ministério da Infraestrutura.

Esse cenário desafiador será abordado pelo ministro Tarcísio durante na reunião, que contou com abertura do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, e moderação do Coordenador do FGV Transportes, Marcus Quintella, e de Rodrigo Vilaça (FGV Transportes).

PERSPECTIVAS PARA A INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

As concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos previstas para 2020 criam expectativas para o setor logístico, vista a carência de qualidade e quantidade da infraestrutura brasileira e seus impactos no transporte de cargas do país. Neste artigo, é abordado o plano de concessões dos governos federal e estaduais, e como o investimento de infraestrutura pode trazer, a médio e longo prazo, benefícios para o Brasil. A infraestrutura logística brasileira no início de 2020 ainda enfrenta problemas que perduram desde o século passado. Se

a década anterior foi dada como “perdida” para o setor, existe uma grande expectativa de aumento dos investimentos privados e melhorias na infraestrutura do país para o futuro, que trará melhores condições logísticas e maior competitividade para as empresas que operam no país. Se em 2019 o investimento de infraestrutura foi de 1,87% do PIB, espera-se que em 2020 este índice suba para 2,2% ou 2,3%.

Essa expectativa é explicada em parte pelos planos de concessão e privatizações apresentados pelo governo federal e por governos estaduais ao longo de 2019. No setor de rodovias, para 2020 estão previstos nove leilões para concessões, que poderiam trazer R\$ 80 bilhões de investimentos¹ para os próximos 30 anos. Algumas concessões importantes estão previstas, como o da BR-116 entre RJ-SP, conhecida como a Nova Dutra, um dos trechos de maior interesse e que traria investimentos de R\$ 17 bilhões. Para as ferrovias, duas concessões estão previstas para 2020, com destaque para a Ferrogrão, que liga Sinop (MT) a Miritituba (PA) e traria investimentos também da ordem de R\$ 17 bilhões.

No setor portuário, estão previstos 11 leilões como, por exemplo, o arrendamento de um terminal de contêineres no Porto de Suape, que traria investimentos de R\$ 1,2 bilhão nos próximos 35 anos. Para o setor aéreo, estão previstos leilões para concessão de 22 aeroportos, somando investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões para os próximos 30 anos. Podemos observar, portanto, que há grandes oportunidades de investimentos por parte da iniciativa privada em infraestrutura no Brasil em 2020, o que traz boas perspectivas para o mercado nacional e internacional.

TRANSPORTE DE CARGAS NO BRASIL

O transporte de cargas no Brasil é fortemente prejudicado pela carente infraestrutura do país. Comparado a países como Alemanha, China, Índia, Rússia e Estados Unidos, o Brasil apresenta a menor quantidade de rodovias pavimentadas (213 mil quilômetros), a menor quilometragem de ferrovias (30 mil) e a menor malha de dutos (34 mil quilômetros). Se observamos o transporte rodoviário, modal que transporta 60% das cargas domésticas em TKU, países de tamanho semelhante ao Brasil, como China e Estados Unidos, apresentam malhas de rodovias pavimentadas mais de 20 vezes maior que a brasileira.

É notória que a situação das rodovias brasileiras é alarmante. De acordo com dados do Observatório Nacional de Transporte e Logística, o Brasil possui somente 14% de suas rodovias asfaltadas – de um total de 1,6 milhão de quilômetros que compõe nossa malha rodoviária, 1,3 milhão é de rodovias não asfaltadas. Para efeito de comparação, a China, entre 2008 e 2018, pavimentou 1,3 milhão de quilômetros, ou seja, em 11 anos a China pavimentou rodovias que seriam suficientes para asfaltar toda a malha rodoviária existente no Brasil. Apesar do modelo chinês de governo e política ser muito distante de nossa realidade, o exemplo é interessante para explicitar nossa morosidade nos investimentos realizados na última década, e que é preciso criar formas para acelerar o aprimoramento de nossa rede de transportes.

Além da quantidade insuficiente da malha rodoviária brasileira quando comparada a outros países, a qualidade da que existe também é alarmante. De acordo com Pesquisa CNT de Rodovias de 2019, 59% das rodovias

brasileiras apresentam problemas, índice pior do que do ano anterior. Em 2010, a mesma pesquisa mostrava índices similares de problemas, o que reforça que na década anterior, a qualidade das rodovias brasileiras andou de lado.

A consequência natural da uma infraestrutura ruim é o aumento dos custos. No Brasil, o custo de transporte em relação ao PIB brasileiro foi de 7,6% em 2018, o maior valor quando observamos toda a série histórica desde 2004. Para efeito de comparação, os Estados Unidos possuem o mesmo índice na casa de 5,1%, bem abaixo ao índice brasileiro.

Apesar da matriz de transporte brasileira ainda ser muito dependente do modal rodoviário, nos últimos anos houve uma diminuição de sua participação e um aumento de outros modais, principalmente o ferroviário e o aquaviário. Em TKUs, o Brasil movimentou 1,05 bilhões pelo modal rodoviário (60%), 0,41 bilhão pelo ferroviário (23%) e 0,23 pelo aquaviário (13%). Esses outros modais são muito atrativos quando comparamos os custos: no modal rodoviário, para movimentar uma tonelada por 1.000 km (ou seja, 1.000 TKUs) o custo médio associado é de R\$ 425,00. No modal aquaviário este custo é de R\$ 168,00 e para o ferroviário, R\$ 66,00.

Apesar da atratividade em relação aos custos, os dois modais alternativos ainda apresentam uma série de entraves para capturar mais carga. Nas ferrovias, 77% das cargas transportadas são minério de ferro, que trafegam principalmente na EFC e EFVM, ambas controladas pela Vale. Estas duas ferrovias são benchmark em relação a eficiência e velocidade de tráfego. Por outro lado, no Brasil é comum ferrovias com passagens de nível, geometria inadequada e outras características que limitam a velocidade dos trens e causam redução na eficiência do modal. Para compararmos a velocidade comercial dos trens, no Brasil, em média, trafega-se a 15 km/h enquanto trens americanos rodam a quase 50 km/h. Isto impacta diretamente na produtividade e no nível de serviço, o que torna as ferrovias menos atrativas.

Quanto aos investimentos públicos nas ferrovias, faltam recursos e as alocações tem sido cada vez menores: em 2010 os investimentos públicos totais no Brasil eram cerca de R\$ 71 bilhões, dos quais 33% direcionados para transportes e 6% era para ferrovias, totalizando R\$ 4,1 bilhões para o modal. Em 2018, os investimentos públicos caíram para R\$ 41 bilhões, dos quais 22% foram para transportes e 2% foi para ferrovias, totalizando R\$ 0,6 bilhão. Enquanto aqui os investimentos públicos encolhem, na Alemanha o governo irá investir R\$ 86 bilhões em 10 anos, o maior investimento no setor ferroviário na história. Serão modernizadas estações, sistemas de energia e sinalizações, e tal investimento converge com as intenções do país de promover o maior uso de modais de transporte com menor impacto ambiental.

No caso do modal aquaviário, a cabotagem cresceu entre 2010 e 2019, em média, 3% ao ano. Considerando somente cargas containerizadas, durante o mesmo período houve um crescimento médio de 13% ao ano. O modal é utilizado majoritariamente

como alívio de plataformas e para transporte de combustível entre portos (o transporte de graneis líquidos representa 75% do volume da cabotagem), mas a maior adesão ao modal por outros perfis de carga tem crescido de forma robusta, ano após ano. Ainda assim, existe um enorme potencial para migrar cargas do modal rodoviário para o aquaviário, principalmente no transporte em longas distâncias. Em estudo realizado pelo ILOS, mostra-se que o volume que a cabotagem de contêiner hoje transporta pode ser cinco vezes maior.

Os pleitos do setor estão sendo endereçados pelo Governo Federal através da Política de Estímulo à Cabotagem, denominada “BR do Mar”. Já para as hidrovias, que consiste na navegação pelos rios, vale ressaltar a importância da navegação principalmente pela Bacia do rio Amazonas. A Estação de Transbordo de Cargas em Miritituba, por exemplo, é responsável por receber os caminhões que trafegam pela BR-163 e carregar as barcas que irão escoar a produção de grãos do Centro-Oeste do país.

O modal hidroviário e a cabotagem são importantes para o Brasil, mas é o comércio exterior que transporta os grandes volumes pelos portos brasileiros. A infraestrutura portuária deve ser adequada nas operações de atracação, carregamento e descarregamento das cargas, de maneira a permitir que as operações de importação e exportação ocorram de maneira eficiente.

Quanto ao modal aéreo, apesar de ser pouco representativo na matriz de transporte de cargas brasileiras, é uma alternativa interessante quando pensamos em longas distâncias e necessidade de alto nível de serviço, e para perfis de carga com alto valor agregado e baixa volumetria/baixo peso. Em certas regiões, onde há, por exemplo, riscos de segurança para cargas transportadas pelo modal rodoviário, o transporte aéreo pode se tornar viável. Em relação à sua infraestrutura, a necessidade de investimentos ou aumento de capacidade não é tão latente quanto para outros modais, quando pensamos no transporte de cargas.

CONCESSÕES E INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA 2020

O Ministério da Infraestrutura expôs no início de 2020 as concessões que estão previstas para o ano: um total de 44 leilões para o setor de transporte, que deve atrair investimentos de mais de R\$ 100 bilhões para o país, em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

RODOVIAS

Para o setor de rodovias, 2020 começou com a concessão do trecho Piracicaba-Panorama (Pipa) em São Paulo. O Consórcio Infraestrutura Brasil, formado pelo Fundo Pátria e o GIC (Fundo Sobrano de Cingapura) ganharam a disputa com uma oferta de R\$ 1,1 bilhão. Segundo o Governo de São

Paulo o leilão foi um sucesso, não só por representar o maior ágio jamais visto em leilões rodoviários no país, mas também por ter contado com a participação de investimentos estrangeiros, de Cingapura e da China. O trecho de 1.273 km configura a maior rodovia concessionada do país e contará com investimentos na ordem de R\$ 14 bilhões em 30 anos. Ainda em 2019, a Ecorodovias, que também concorreu ao leilão de Pipa, já havia ganho o leilão da BR-364/365, entre Minas Gerais e Goiás.

Dentre as outras concessões previstas para 2020, o destaque é para a Nova Dutra, importante trecho rodoviário que liga as principais regiões metropolitanas do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Os 635 km da rodovia preveem investimentos de cerca de R\$ 17 bilhões em 30 anos. Com fluxo médio de 42 mil veículos por dia, este trecho é visto como bastante promissor para investidores, por se tratar do maior e mais estável volume de tráfego entre rodovias concessionadas. Além disso, hoje a rodovia já é concessionada, portanto a concessão prestará serviços principalmente de manutenção e melhorias na infraestrutura já existente, o que reduz os riscos do investimento e atrai maior concorrência.

Além da Nova Dutra, outras importantes concessões são a da BR-101 em Santa Catarina, com fluxo médio de 24 mil veículos/dia e investimentos na ordem de R\$ 6,5 bilhões; a BR-116/493 entre Rio de Janeiro e Minas Gerais com fluxo médio de 23 mil veículos/dia com investimentos previstos na ordem de R\$ 13 bilhões; e da BR-381/262 entre Minas Gerais e Espírito Santo, com investimentos previstos na ordem de R\$ 9 bilhões.

De acordo com Pesquisa CNT de Rodovias 2019, as rodovias concedidas para gestão privada apresentam qualidade muito superior quanto a seu estado geral, portanto espera-se que a infraestrutura das rodovias brasileiras melhore nos próximos anos, a medida que os investimentos sejam realizados.

FERROVIAS

Em 2019, a Rumo venceu o leilão da Ferrovia Norte-Sul, trecho ferroviário de 1.537 km que liga Estrela D'Oeste (SP) a Palmas (TO), com uma oferta de R\$ 2,7 bilhões. A Rumo já opera o trecho da Malha Paulista, que liga Estrela D'Oeste (SP) ao Porto de Santos, para esta nova concessão a empresa deverá desembolsar R\$ 2,8 bilhões em investimentos.

Para 2020, duas importantes concessões estão previstas para o terceiro trimestre de 2020, que devem ser disputadas por grandes empresas nacionais e internacionais. A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), de 1.527 km e que liga Ilhéus (BA) a Figueirópolis (TO), possui investimentos previstos da ordem de R\$ 3,4 bilhões. O trecho concessionado não possui, a princípio, conexão com a Norte-Sul, mas a integração futura é uma possibilidade. A Fiol é um corredor importante para o escoamento de minério do sul do estado da Bahia e de grãos do oeste do estado. A demanda prevista é de 18 milhões de toneladas em 2025, podendo chegar a 55 milhões em 2040.

A outra ferrovia prevista é a Ferrogrão, entre Sinop e Miritituba, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões. Esta ferrovia tem por objetivo consolidar o importante corredor de escoamento dos grãos do Centro-Oeste pelo Arco Norte, formado pelos portos de Manaus, Santana, Santarém, Vila do Conde, Belém e São Luís. O volume exportado do complexo soja e milho em 2018 pelos portos do Arco Norte foi 27 milhões de toneladas. Para comparação, o volume exportado pelo Porto de Santos (principal porto do país) dos mesmos produtos foi de 39 milhões de toneladas. Em dois anos, o volume de exportação destes produtos pelo Arco Norte mais que dobrou, de 13 para 27 milhões de toneladas (Figura 4). A Ferrogrão tem previsão de demanda de 38 milhões de toneladas no primeiro ano de operação, podendo chegar a 47 milhões em 2050. É o ativo ferroviário mais atrativo, e deverá trazer importantes players para seu leilão, previsto para ocorrer no terceiro trimestre de 2020.

Atualmente, o escoamento do complexo soja e milho do Centro-Oeste brasileiro através dos portos do Arco Norte é feito pela BR-163, que em 2019 terminou de ser asfaltada e está nos planos de concessão para 2020, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões em 10 anos. O prazo reduzido da concessão é justificado por conta da entrada em operação da Ferrogrão, ferrovia que vai correr paralela à BR-163 e, quando estiver pronta, deve capturar totalmente a demanda de transporte desses produtos.

PORTOS E AEROPORTOS

Para 2020, onze arrendamentos estão previstos nos portos brasileiros, com destaque para um novo terminal de carga geral no Porto de Suape (PE), com investimentos previstos superiores a R\$ 1,2 bilhão. Também estão previstas a construção de terminais para graneis líquidos no Porto de São Luís-MA, graneis sólidos no Porto de Aratu-BA e para celulose no Porto de Santos-SP.

Para 2021, outro ponto de destaque é a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e do Porto Organizado de São Sebastião, em São Paulo. Também está sendo estudado a desestatização da Companhia Docas de São Paulo (CODESP) e do Porto Organizado de Santos. Espera-se que estas transferências para a iniciativa privada tragam celeridade nos processos e melhorem a eficiência na gestão e operação portuárias.

Por fim, vinte e dois aeroportos do Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte também serão concessionados, e receberão investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões em 30 anos. A previsão de leilão para as concessões aeroportuárias é para o final de 2020.



Terminal de Cargas - Aérea, Terrestre, Portuária e Marítima.

O BRASIL A CI



EXÉRCITO BRASILEIRO

MA DE TUDO!

NÓS SOMOS A CORAGEM

O AMOR AO PAÍS

FORÇA E FÉ

PATRIOTISMO

CIVISMO

HONRA

RESPONSABILIDADE

DISCIPLINA, HIERARQUIA, ORDEM E PROGRESSO

ÚNICA INSTITUIÇÃO QUE TEM CULTURA

EDIFICANTE E PATRIÓTICA

PARA COMBATER A CONTRACULTURA

DA “LEI DA VANTAGEM”

CASO O POVO QUEIRA UM PAÍS PARA VIVER, TER

CONFORTO E PROGREDIR COM SEGURANÇA

ALÉM DE PODER BÉLICO PARA INTERROMPER O

CAOS E DEVOLVER A ORDEM SOCIAL E

JURÍDICA AO PAÍS!

SOMOS A SALVAÇÃO DO BRASIL!

SOMOS VERDE-OLIVA!

- VOCÊ PODE CONFIAR!



Exército BRAZIL



O General de Exército João Camilo Pires de Campos
Comandante Militar do Sudeste do Exército Brasileiro

Brasileiro

IAN ARMY



O General de Exército Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Comandante Militar do Sudeste do Exército, entrega o Diploma de Colaborador Emérito do Exército ao Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB



Exército BRAZIL



O Dr. Josué dos Santos Ferreira, Colaborador Emérito do Exército com os Oficiais do Exército no Quartel-General do Exército, em Brasília

Brasileiro
IAN ARMY



Tropa Especial do Exército Brasileiro



Exército BRAZIL



O General de Exército Marco Antônio de Farias, Ministro do Superior Tribunal Militar - STM e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Colaborador Emérito do Exército Brasileiro

Brasileiro

IAN ARMY



General de Divisão Ubiratan Poty, Chefe do Centro de Inteligência do Exército e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Colaborador Emérito do Exército Brasileiro



Exército BRAZIL



O General de Divisão Helder de Freitas Braga, do Exército Brasileiro e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Colaborador Emérito do Exército Brasileiro

Brasileiro

IAN ARMY



O Dr. Josué dos Santos Ferreira, Colaborador Emérito do Exército Brasileiro
ao lado dos Dragões da Independência no Quatel-General do Exército, em Brasília



SOMOS BRASILEIROS



E AMAMOS ESTE PAÍS!





EMOÇÕES COMBINADAS PARA UM FUTURO MELHOR



A CAUSA SOCIAL MAIS
EMOCIONANTE QUE A
VIDA DE MILHÕES DE
BRASILEIROS CONHECERÁ



A EMOCIONANTE OBRA
AUTOBIOGRÁFICA DO
PIANISTA E MAESTRO
JOÃO CARLOS MARTINS



TRANSFORMAR A
EMOÇÃO EM CONTRIBUIÇÃO
É FÁCIL, ACESSÍVEL E SEGURO



Save your life forever





COMBOS REPLETOS DE EMOÇÕES

O **Projeto de Responsabilidade Social - Amor pela Vida** traz ao público um importante e especial apoiador: o mundialmente renomado **Pianista e Maestro João Carlos Martins**.

E uma de suas obras mais consagradas, o CD Duplo denominado **Páginas de uma História**, traz ao público 20 faixas repletas de emoção, que imortalizam a trajetória do artista, em uma curadoria autobiográfica exclusiva, não disponível para aquisição em lojas. A Obra está disponível apenas como presente de agradecimento aos contribuintes da **Causa Social Amor pela Vida**.

Trazendo composições de Bach, Brahms, Mozart, Vivaldi e tantos outros gênios da música erudita, o **Pianista e Maestro João Carlos Martins** apresenta gravações que viajam os muitos anos de sua carreira gloriosa, em gravações que são verdadeiras relíquias, realizadas em sua tenra infância, adolescência e fase adulta, contando a passagem do tempo por meio de suas talentosas mãos, habilidosas e incessantes, que conheceram não só o piano, mas o cravo e a batuta, à frente de orquestras e obras grandiosas. Ao longo de sua história realizou incontáveis apresentações, repletas de emoção, ao redor do mundo.

E a obra **Páginas de Uma História**, originalmente concebida em embalagem de CD Duplo, agora ganha também a opção de ser adquirida digitalmente, em combos diversificados, contendo 5 músicas cada, de um total de 20 faixas. A transação é realizada com a ferramenta **Pageseguro, da UOL**, que garante ao colaborador não apenas grande abrangência de meios de contribuição, que são cartões de crédito, boletos bancários e transferência bancária. Garante também alta segurança na transação digital on-line.

Ao adquirir um combo individual pelo valor de **R\$ 12,00**, ou até mesmo os 4 combos pelo valor total de R\$ 48,00, o valor da colaboração é integralmente direcionado ao **Projeto de Responsabilidade Social - Amor pela Vida**, permitindo que o colaborador também imortalize sua atitude em prol da saúde de milhões de pessoas para a viabilização deste Projeto Social tão importante para toda a sociedade.

Acesse o website do **Projeto Social Amor pela Vida**, conheça melhor este importante apoio e formas de contribuir:

FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://amorpelavida.idelb.org.br>





AMOR PELA
VIDA

Save your life forever

JOÃO CARL
PÁGINAS DE
AGORA, EM COMBO

FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://amorpelavida.idelb.org.br>



Colabore com esse Projeto Social! Sua importante contribuição inicia no valor de **R\$12,00**, que correspondem apenas a dois cafezinhos!

Esse Projeto de Responsabilidade Social visa transformar a vida das pessoas para um futuro melhor!



 **pagseguro**
UOL

OS MARTINS

UMA HISTÓRIA

DE MÚSICA DIGITAL



CONTRIBUIÇÃO POR COMBOS DE MÚSICA

CONTRIBUIÇÃO LIVRE

<p><i>Combo 1</i></p> <p>Música digital</p>	<p>01. Liszt – Sonhos de Amor 02. Liszt – Dança dos Anões 03. Schubert – Improviso Opus 90, nº 2 04. Bach – Prelúdio nº 1 do 1º Volume do Cravo Bem Temperado 05. Bach – 1ª Variação das Goldberg Variations</p>	<p>R\$ 12,00</p> <p>CONTRIBUA</p>
<p><i>Combo 2</i></p> <p>Música digital</p>	<p>06. Bach / Siloti – Prelúdio para órgão em Sol Menor 07. Vivaldi / A. Prado – A Primavera 08. Bach – Largo, Concerto nº 5 em Fá Menor 09. Haydn – Presto, Sonata nº 3 em Mi Menor 10. Scriabin – Noturno Opus 9</p>	<p>R\$ 12,00</p> <p>CONTRIBUA</p>
<p><i>Combo 3</i></p> <p>Música digital</p>	<p>11. Bach / A. Prado – Obrigado, obrigado Senhor – English Chamber Orchestra 12. Bach – Overture, Suite Orquestral nº 3 – Bachiana Filarmônica 13. Bach – Adagio, Concerto para oboé e violino – Il Gardellino 14. Brahms – Dança Húngara nº 1 15. Mozart – Andante, Concerto nº 21 para piano e orquestra</p>	<p>R\$ 12,00</p> <p>CONTRIBUA</p>
<p><i>Combo 4</i></p> <p>Música digital</p>	<p>16. Tom Jobim – Luiza 17. Astor Piazzolla / M. Araujo – Adios Noniño 18. Rachmaninoff – Andante, Concerto nº 2 19. Rachmaninoff – Rhapsody sob um tema de Paganini – Variação nº 18 20. Francisco Manoel da Silva / M. Araujo – Hino Nacional</p>	<p>R\$ 12,00</p> <p>CONTRIBUA</p>
<p><i>Combo completo</i></p> <p>Música digital</p>	<p>Obra completa, contendo todas as 20 músicas:</p> <p>01. Liszt – Sonhos de Amor 02. Liszt – Dança dos Anões 03. Schubert – Improviso Opus 90, nº 2 04. Bach – Prelúdio nº 1 do 1º Volume do Cravo Bem Temperado 05. Bach – 1ª Variação das Goldberg Variations 06. Bach / Siloti – Prelúdio para órgão em Sol Menor 07. Vivaldi / A. Prado – A Primavera 08. Bach – Largo, Concerto nº 5 em Fá Menor 09. Haydn – Presto, Sonata nº 3 em Mi Menor 10. Scriabin – Noturno Opus 9 11. Bach / A. Prado – Obrigado, obrigado Senhor – English Chamber Orchestra 12. Bach – Overture, Suite Orquestral nº 3 – Bachiana Filarmônica 13. Bach – Adagio, Concerto para oboé e violino – Il Gardellino 14. Brahms – Dança Húngara nº 1 15. Mozart – Andante, Concerto nº 21 para piano e orquestra 16. Tom Jobim – Luiza 17. Astor Piazzolla / M. Araujo – Adios Noniño 18. Rachmaninoff – Andante, Concerto nº 2 19. Rachmaninoff – Rhapsody sob um tema de Paganini – Variação nº 18 20. Francisco Manoel da Silva / M. Araujo – Hino Nacional</p>	<p>R\$ 48,00</p> <p>CONTRIBUA</p>



CERTIFICADO POR:





Save your life forever

JOÃO CARLOS MARTINS PÁGINAS DE AGORA, EM COMBO

**VAMOS TRANSFORMAR JUNTOS A VIDA DAS
PESSOAS PARA UM FUTURO MELHOR!**

**FAÇA SUA PARTE COLABORANDO COM ESTA
AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Nossa campanha de divulgação traz o mote do combo e da combinação para o coração do brasileiro, que combina expectativas por um futuro melhor e o desejo de contribuir com iniciativas que demonstrem seriedade, segurança e suporte adequados.

Nosso grande Embaixador do Projeto Social, o Pianista e Maestro João Carlos Martins, chancela esta comunicação apresentando sua Obra-Prima "Páginas de uma História", uma Obra autobiográfica, disponível na campanha como presente ao contribuinte.

Convidamos você e a todos a divulgarem e colaborarem com a nossa campanha social, dirigida a todos que se emocionam, seja com grandiosas obras da música erudita, e ainda mais, com a perspectiva de um futuro melhor.

- 08. Bach – Largo, Concerto nº 5 em Fá Menor
- 09. Haydn – Presto, Sonata nº 3 em Mi Menor
- 10. Scriabin – Noturno Opus 9

- 11. Bach / A. Prado – Obrigado, obrigado Senhor – English Chamber Orchestra

- 14. Brahms – Dança Húngara nº 1
- 15. Mozart – Andante, Concerto nº 21 para piano e orquestra

- 16. Tom Jobim – Luiza
- 17. Astor Piazzolla – Tango
- 18. Rachmaninoff – Rhapsody sob um tema de Paganini – Variação nº 13
- 20. Francisco Manoel da Silva / M. Araujo – Hino Nacional

- Obra completa**
- 01. Liszt – Sonhos de Amor
 - 02. Liszt – Dança dos Anjos
 - 03. Schubert – Improviso Opus 90, nº 2
 - 04. Bach – Prelúdio nº 1 do 1º Volume do Cravo Bem Temperado
 - 05. Bach – Fugua nº 1 do 1º Volume do Cravo Bem Temperado
 - 06. Bach – Fugua nº 2 do 1º Volume do Cravo Bem Temperado
 - 07. Vivaldi / A. Prado – A Primavera
 - 08. Bach – Giga em Sol maior
 - 09. Haydn – Concerto nº 21 para piano e orquestra
 - 10. Scriabin – Noturno Opus 9
 - 11. Bach / A. Prado – Obrigado, obrigado Senhor – English Chamber Orchestra
 - 12. Bach – Overture, Suíte Orquestral nº 3 – Bachiana Filarmônica
 - 13. Bach – Adagio, Concerto para oboé e violino – Il Gardellino
 - 14. Brahms – Dança Húngara nº 1
 - 15. Mozart – Andante, Concerto nº 21 para piano e orquestra

OS MARTINS

UMA HISTÓRIA

S DE MÚSICA DIGITAL



UMA COMBINAÇÃO DE EMOÇÕES
NOS LEVA A
CONTRIBUIR COM UM
FUTURO MELHOR



PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA

uma obra-prima de autoria do Pianista e Maestro João Carlos Martins,
exclusiva para o Projeto de Responsabilidade Social Amor Pela Vida

DE R\$ **12,00** A R\$ **48,00**
CONTRIBUA!

João Carlos Martins

O Pianista e Maestro
João Carlos Martins,
em apoio exclusivo ao
Projeto Social
Amor Pela Vida.



FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://AMORPELAVIDA.idelb.org.br>





AMOR PELA VIDA

Save your life forever

JOÃO CARLOS MARTINS

PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA

AGORA, EM COMBINAÇÃO

VAMOS COMBINAR A PÁGINA DE UMA HISTÓRIA COM O PAGSEGURO PARA
CONTRIBUIR E AJUDAR NA DIVULGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE E
TRANSFORMAR A VIDA DAS PESSOAS

UMA COMBINAÇÃO DE EMOÇÕES
NOS LEVA A
CONTRIBUIR COM UM
FUTURO MELHOR

DE R\$ 12,00 A R\$ 48,00
CONTRIBUA!

PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA
uma obra-prima de autoria do Pianista e Maestro João Carlos Martins,
exclusiva para o Projeto de Responsabilidade Social Amor Pela Vida

João Carlos Martins

O Pianista e Maestro
João Carlos Martins,
em apoio exclusivo ao
Projeto Social
Amor Pela Vida.

FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://AMORPELAVIDA.idelb.org.br>

AMOR PELA VIDA Save your life forever

pagseguro

CARTAZ

UMA COMBINAÇÃO DE EMOÇÕES
NOS LEVA A
CONTRIBUIR COM UM
FUTURO MELHOR

DE R\$ 12,00 A R\$ 48,00
CONTRIBUA!

PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA
uma obra-prima de autoria do Pianista e Maestro João Carlos Martins,
exclusiva para o Projeto de Responsabilidade Social Amor Pela Vida

João Carlos Martins

O Pianista e Maestro
João Carlos Martins,
em apoio exclusivo ao
projeto Social
Amor pela Vida.

CLIQUE E FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://AMORPELAVIDA.idelb.org.br>

AMOR PELA VIDA Save your life forever

pagseguro

E-MAIL MARKETING



OS MARTINS

UMA HISTÓRIA

DE MÚSICA DIGITAL



FORMA QUE **VOCÊ** PODE
AÇÃO DO PROJETO SOCIAL, QUE VISA
SOAS PARA UM FUTURO MELHOR!

UMA COMBINAÇÃO DE EMOÇÕES
NOS LEVA A
CONTRIBUIR COM UM
FUTURO MELHOR

PÁGINAS
DE UMA HISTÓRIA
uma obra-prima de autoria do Pianista e
Maestro João Carlos Martins, exclusiva para o
Projeto de Responsabilidade Social Amor Pela Vida

DE R\$12,00 A R\$48,00
CONTRIBUA!

João Carlos Martins
O Pianista e Maestro
João Carlos Martins,
em apoio exclusivo ao
projeto Social
Amor pela Vida.

AMOR PELA VIDA
Save your life forever

pagseguro

INSTAGRAM

UMA COMBINAÇÃO DE EMOÇÕES
NOS LEVA A
CONTRIBUIR COM UM
FUTURO MELHOR

PÁGINAS
DE UMA HISTÓRIA
uma obra-prima de autoria do Pianista e
Maestro João Carlos Martins, exclusiva para o
Projeto de Responsabilidade Social Amor Pela Vida

DE R\$12,00 A R\$48,00
CONTRIBUA!

João Carlos Martins
O Pianista e Maestro
João Carlos Martins,
em apoio exclusivo ao
projeto Social
Amor pela Vida.

AMOR PELA VIDA
Save your life forever

pagseguro

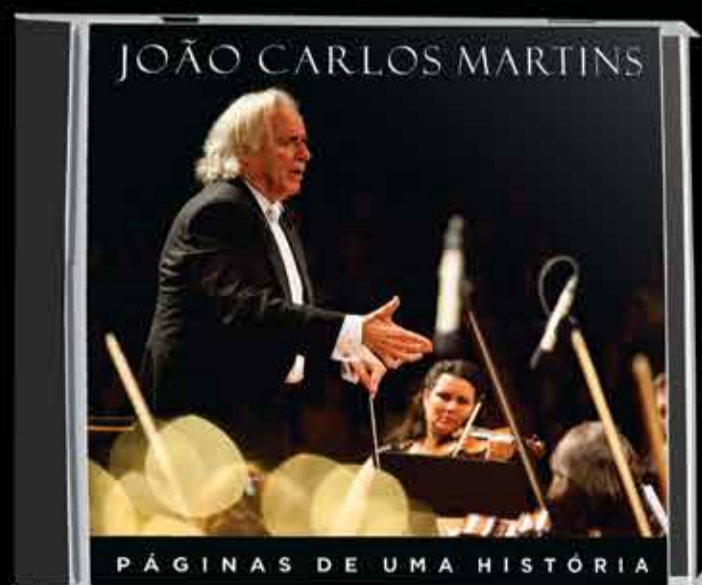
WHATSAPP

FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO:
<https://amorpelavida.idelb.org.br>



CONVIDAMOS VOCÊ A INVER RESPONSABILIDADE SOCIAL

AO COLABORAR FINANCEIRAMENTE COM ESTE PROJETO SOCIAL, VOCÊ RECEBERÁ DE BRINDE 10 CDS
DUPLOS DA OBRA PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA, DE AUTORIA DO MUNDIALMENTE RENOMADO PIANISTA E
MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS, CONJUNTAMENTE COM UM **CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL**, PARA INCLUSÃO NO RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DE SUA EMPRESA.



PEDIMOS O SEU APOIO PARA VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DO **CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINSCRIÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS - AMOR PELA VIDA**, QUE TEM POR OBJETIVO SALVAR A VIDA DE CENTENAS DE **USUÁRIOS DE DROGAS**, ATUANDO NO TRATAMENTO E NA REINSCRIÇÃO SOCIAL.



Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amorpelavida

TIR EM NOSSO PROJETO DE PARA UM FUTURO MELHOR

A VALORIZAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA SÃO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA ALCANÇARMOS RESULTADOS PRÁTICOS NA REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DO DEPENDENTE DE DROGAS.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinsersção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO
PELO SEU
IMPORTANTE APOIO
PARA A REALIZAÇÃO
DESTE PROJETO DE
RESPONSABILIDADE
SOCIAL EM BENEFÍCIO
DO BRASIL.



PARCERIA CONFIRMADA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA DE DROGAS - AMOR PELA VIDA TEM O APOIO INABALÁVEL DO MUNDIAL

“ ESSE PROJETO SOCIAL TEM POR OBJETIVO SALVAR CENTENAS DE USUÁRIOS DE DROGAS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, ATUANDO NA PREVENÇÃO AO USO, NO TRATAMENTO DO VICIADO EM DROGAS E NA REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS. SERÁ UM CENTRO DE REFERÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, ATUANDO NAS ÁREAS DE TRATAMENTO, ENSINO E PESQUISA SOBRE DROGAS, COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS. ”



“ PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS, É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA RESOLVER UM DOS MAIORES E MAIS GRAVES PROBLEMAS ENFRENTADOS POR MUITAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A DEPENDÊNCIA DE DROGAS. ”



Save your life forever

O Pianista e Maestro João Carlos Martins com o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CLÍNICA DE TRATAMENTO DE DEPENDENTES MUNDIAMENTE CONSAGRADO PIANISTA E MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS.

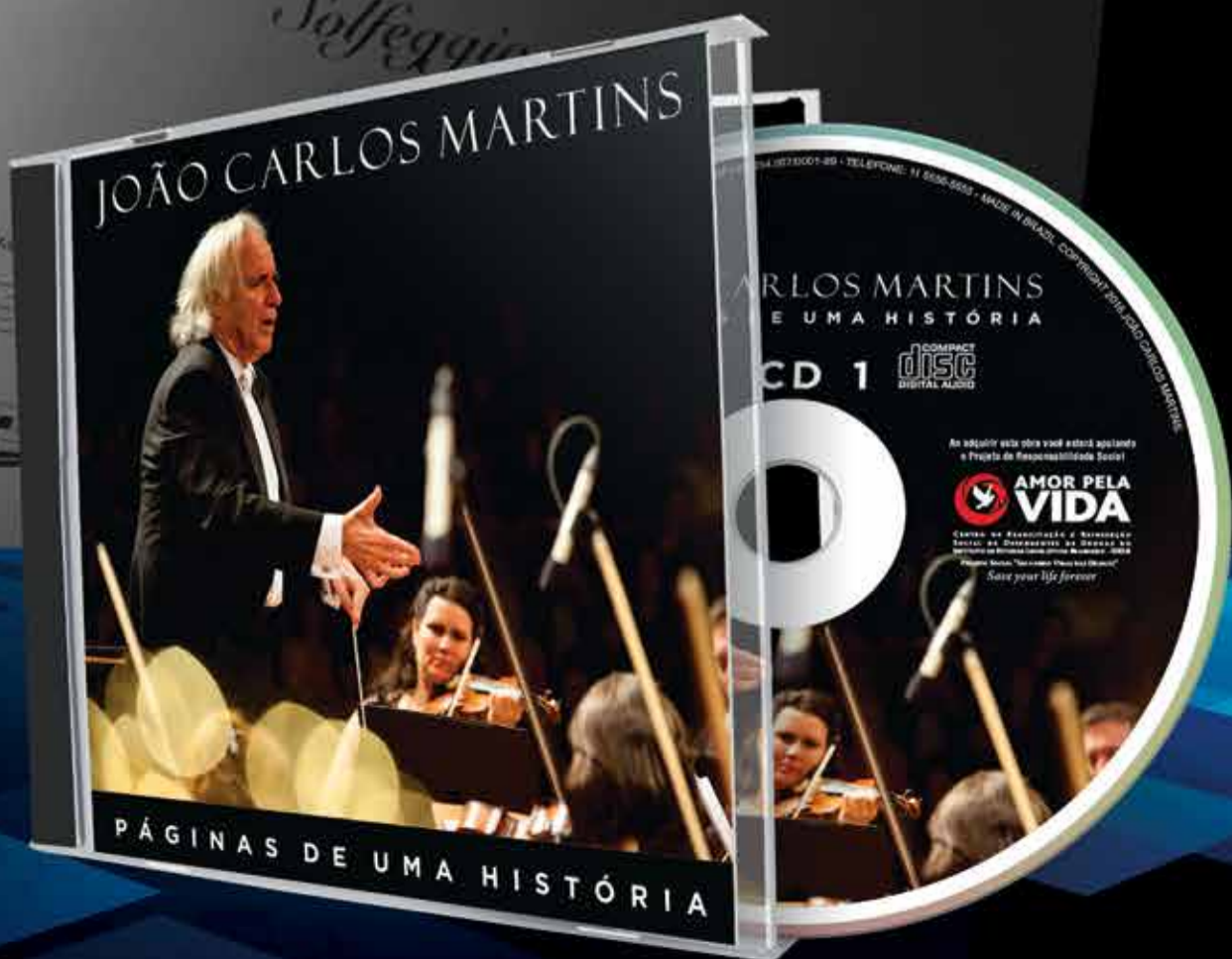


“ FAÇO UM APELO A VOCÊ.
PARTICIPE TAMBÉM DESTA IMPORTANTE AÇÃO SOCIAL
DE COMBATE ÀS DROGAS. DIVULGUE ESTA MENSAGEM
ENTRE SEUS FAMILIARES E AMIGOS. AO ADQUIRIR A
OBRA, PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA, TODOS IRÃO
COLABORAR PARA A REALIZAÇÃO DE UM SONHO:
SALVAR CENTENAS DE VIDAS DAS DROGAS POR MEIO
DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO
E REINSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS
AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO PELO SEU IMPORTANTE
APOIO PARA A REALIZAÇÃO DESTE SIGNIFICATIVO
PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EM BENEFÍCIO DO BRASIL.

”

Musikalisches Vierteljahr, Hamburg, 1770
Carl Philipp Emanuel Bach
1731-1796
Solfeggio



Para contribuir com este Projeto Social,
compre o CD PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA
do mundialmente consagrado Pianista
e Maestro João Carlos Martins.
Para mais informações, acesse:
www.idelb.org.br/amorpelavida



World Health Organization

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que consumo de drogas causa 500 mil mortes anuais

Segundo a diretora-geral da OMS, a situação está piorando. Margaret Chan afirma que o consumo de droga deve ser visto como questão de saúde, não apenas como questão criminal.

A diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, fez um alerta, no dia 13 de março de 2017, em Viena, na Áustria, de que as drogas causam cerca de meio milhão de mortes anuais e de que, em alguns aspectos, a situação piorou nos últimos anos.

"A OMS estima que o consumo de drogas é responsável por cerca de meio milhão de mortes a cada ano. Mas este número só representa uma pequena parte do dano causado pelo problema mundial das drogas", disse Chan durante seu discurso perante a Comissão de Narcóticos da ONU, que se reuniu em Viena.

O número contrasta com a estimativa oferecida pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o crime (UNODC), que, no ano passado, estimou que as mortes em decorrência do consumo de drogas eram pouco mais de 200 mil.

"Em alguns aspectos, a situação está piorando, e não melhorando. Muitos países estão experimentando uma crise de emergência sanitária em razão das mortes por overdose", acrescentou a diretora da OMS.

Chan não deu mais detalhes sobre esse dado, mas recente relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) indicava que nos EUA quase duplicaram as mortes por overdose entre 2013 e 2014, quando o país registrou mais de 47 mil mortes por essa causa.

A diretora da OMS pediu, perante os 53 países da Comissão, que o consumo de drogas seja abordado como problema de saúde pública, e não apenas como questão criminal. Entre os países da Comissão estão Irã e China, países com castigos severos para o consumo de drogas e o narcotráfico, que podem até mesmo chegar à pena de morte.

"Gostaríamos de ver mais consumidores de drogas atendidos pelo sistema sanitário em vez de processados pelos tribunais", pediu Chan. "O principal objetivo do controle de drogas é salvar vidas" e reduzir "os danos sociais" causados por seu consumo, lembrou.

"Quase todos nesta sala conhecerão ou saberão de pais que têm um filho com problemas de drogas. Esses pais querem que seu filho receba um tratamento, não o querem na prisão", disse.

Chan também defendeu as conhecidas políticas de redução de danos que consistem, entre outras coisas, em programas de tratamento substitutivo com metadona e que em países como Irã e Rússia são proibidos. "As políticas sobre drogas devem estar baseadas em evidências, e não em emoções ou ideologias", concluiu.



RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após 14 anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** criou o **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA**, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA** tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O **AMOR PELA VIDA** tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltado ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– **I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– **I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– **Lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA**. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** é parte integrante do projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**", realizado pelo IDELB em 2009, dando apoio ao **Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas**, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge

Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** convidou a *Matec Engenharia*, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.


O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Temos a honra de contar com a participação do *Doutor Pablo Miguel Roig, Médico Psiquiatra Especialista em Programas de Prevenção e Tratamento de Dependentes Químicos*. Ele será o responsável pelo tratamento clínico psiquiátrico dos pacientes de nosso centro clínico psiquiátrico, sendo um dos mais renomados profissionais da área em nosso País.

Dentre outros importantes apoiadores de nosso projeto de responsabilidade social se destaca o mundialmente renomado **Pianista e Maestro João Carlos Martins** que nos concedeu a outorga da Cessão de Direitos Autorais de uma de suas obras, denominada "**PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA**" para comercialização do "**CDs – PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA**" no mercado global, com o objetivo de arrecadar fundos, especificamente e tão somente, para financiar o projeto de responsabilidade social que tem por objetivo viabilizar a construção, a aquisição de equipamentos e a manutenção por 5 anos do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – Amor pela Vida**.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA**, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**", conforme os seguintes dados:

 Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: Projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**"
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no **art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)**. O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.*"

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



**AMOR PELA
VIDA**

Save your life forever

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



Perspectiva artística da fachada das futuras instalações do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas - AMOR PELA VIDA

Para mais informações, acesse: <https://www.amorpelavida.org.br/>

AS AÇÕES PRATICADAS PELO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – AMOR PELA VIDA, ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD E AS CONDIÇÕES DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS E PARA TRATAR DO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS. TENDO A MISSÃO DE SALVAR A VIDA DE PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS, COM VISTAS À PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, AO TRATAMENTO DO VICIADO EM DROGAS, E À REINserÇÃO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO DE USUÁRIOS DE DROGAS.



AMOR PELA VIDA

Save your life forever

UM PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
QUE TEM A MISSÃO DE TRANSFORMAR A VIDA
DAS PESSOAS PARA UM FUTURO MELHOR!



FAÇA SUA CONTRIBUIÇÃO!

<https://AMORPELAVIDA.idelb.org.br/doacoes.php#doacoes>

